



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ABERTURA

Data: 26/01/2026

Hora de Início: 09:00

Local: Centro de Saúde II – Sizenando Nabuco

Reunião em regime ordinário

Membros presentes:

Glaucius Botosso

Luiz Antonio Russo

Monica Alves de Almeida

Rozane Cristina Oliveira de Sousa

Luiz Gustavo Gonzalez de Araújo

Marcela Pontes Viveros

Antonio Reis Guimarães Junior

Júlia Graciela Barbosa Ferreira

Lorena Carolina da Silva dos Reis

Bruno Cambraia Cezario

PAUTAS DEBATIDAS

1. Aprovação da Ata do mês de dezembro de 2025;
2. Apresentação do Plano de Trabalho – Vigilância Sanitária (Locais com Campo de Areia)
3. Apresentação do Plano de Trabalho – Atenção Básica
4. Questões sobre a Gestão de Saúde
5. Solicitação formal sobre lotação e ambiente de trabalho
6. Divulgação de informações de saúde em redes sociais



ABERTURA E APROVAÇÃO DE ATA

Procedeu-se à apreciação da ata referente à reunião do mês anterior (dezembro de 2025), a qual foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes, ficando autorizada sua publicação.

Foi solicitado que, nas próximas reuniões, a ata seja impressa para leitura na abertura dos trabalhos. Reiterou-se que as atas são regularmente divulgadas aos membros por meio do WhatsApp e e-mail oficial do Conselho.

2. Apresentação do Plano de Trabalho – Vigilância Sanitária (Locais com Campo de Areia)

Na sequência, iniciou-se a apresentação do Departamento da Vigilância Sanitária, realizada pelo Sr. Antônio Guimarães Junior (médico veterinário - responsável pelo setor), referente aos campos de areia existentes nos seguintes locais:

- Parque Ecológico Manoel Araújo Neto (Cachoeira);
- Centro de Lazer;
- Praça do Jardim Renascer.

Foi informado que foram realizadas visitas técnicas aos locais, com apontamento de suas características, bem como a apresentação dos riscos potenciais de infecções, além de outros riscos físicos inerentes aos espaços. Também foram apresentados os benefícios dos locais à população, como lazer, reabilitação e incentivo a atividades econômicas.

Foi mencionada a existência de uma lei vetada em 2024, que trata da descontaminação e assepsia das areias, sendo ressaltado que a legislação não especifica de forma objetiva qual deve ser a conduta adotada, cabendo à legislação local buscar a melhor forma de utilização dos espaços. Reiterou-se a importância de pesquisas baseadas em evidências científicas para melhor adequação à realidade local.

A Sra. Marcela reiterou que, no acompanhamento da saúde pública, até o presente momento não foi relatado nenhum caso de infecção relacionado ao uso recreativo a esses locais.

Foi informado sobre o Ofício nº 04/2026, que solicita aos responsáveis pela limpeza das vias públicas e zelo dos locais providências quanto à manutenção, bem como solicita aos



meios de divulgação da Prefeitura a divulgação pública de materiais educativos para evitar o descarte inadequado de lixo e orientar sobre boas práticas de uso dos espaços públicos.

Foi relatado o excesso de animais em situação de rua, muitos dos quais permanecem nesses locais, sendo necessária maior cooperação da população, especialmente no que se refere ao abandono de animais.

Sobre o cercamento dos espaços, foram apresentadas as dificuldades de adequação, bem como a análise de custo-benefício, considerando que animais como gatos, pombos e cães conseguem ultrapassar cercas ou adentrar os locais em momentos de abertura de portões, não sendo, portanto, uma medida totalmente eficaz para impedir a presença de animais.

Foi informado que há acompanhamento contínuo das Vigilâncias Sanitária e de Zoonoses, além de uma equipe multidisciplinar, incluindo agentes de endemias, nos locais mencionados.

A Presidente do Conselho agradeceu a presença e a apresentação das informações, reiterando a importância do Código de Posturas do Município, enfatizando inclusive a necessidade de maior participação dos vereadores, destacando que o referido código encontra-se sem atualização há tempo considerável.

O Sr. Luís Gustavo relatou as dificuldades enfrentadas com a população para manter condutas adequadas nos espaços públicos, informando que, muitas vezes, placas informativas instaladas não surtem efeito, sendo constatado descarte irregular de lixo mesmo em locais com sinalização proibitiva.

Foi discutida, de forma unânime, a necessidade de penalização aos munícipes que abandonam animais e descartam lixo em locais inadequados.

O Sr. Glaucius referiu-se ao não cumprimento, por parte do Prefeito, da construção de um canil, sendo informado pelo Sr. Luís Gustavo que o Executivo já possui um local em convênio com a APAT.

O Sr. Glaucius apresentou normas e legislações vigentes, incluindo referências da ANVISA, ABNT, entre outras, sobre as obrigações do poder público em atividades de saúde pública relacionadas a esses locais, abrangendo fiscalização, cercamento, zelo e



acompanhamento. Propôs os benefícios do cercamento, solicitando ao Executivo a substituição da areia e a realocação dos brinquedos existentes, como medida preventiva.

Foi novamente discutida a realidade local, considerando o custo-benefício das ações, bem como a eficácia do cercamento, diante das dificuldades de impedir a presença de animais errantes.

Ao final, foi deliberado por unanimidade o encaminhamento de solicitação aos setores Executivo e Legislativo para melhores adequações.

3. Apresentação do Plano de Trabalho – Atenção Básica

A Sra. Marcela iniciou a apresentação relatando sobre o período de férias dos profissionais, esclarecendo que as férias são solicitadas por meio de sistema próprio do Governo. Informou que houve a coincidência de dois médicos em férias, sem que houvesse sobrecarga, em razão do remanejamento de pacientes entre as unidades.

Foi esclarecido que, na Atenção Básica, os atendimentos são programados conforme classificação de risco e necessidade, sendo relatado que apenas um profissional manifestou questionamento sobre sobrecarga naquele devido momento.

O Sr. Glaucius questionou a situação de um funcionário que relatou sobrecarga, indagando sobre o motivo das férias concomitantes de dois profissionais e solicitando esclarecimentos sobre o remanejamento dos atendimentos.

A Sra. Marcela informou que se tratou de um fato isolado, motivado por questões familiares de um médico, cuja residência situa-se em outro estado, demandando período maior de afastamento. Reiterou que os questionamentos, em sua maioria, partem de pacientes em demanda espontânea, sem programação prévia.

A Sra. Marcela reiterou a carga horária médica, com atendimento de 3 a 4 pacientes por hora, sendo 75% de atendimentos programados / agendados e o restante destinado à demanda espontânea, com prioridade para os atendimentos programados. Informou que casos de urgência são encaminhados à rede de referência.

O período médio de agendamento para seguimento clínico é de 20 a 30 dias, sendo mencionada a dificuldade de alinhamento com os pacientes, que frequentemente deixam para solicitar atendimento na última hora, com receitas vencidas ou demandas passíveis de programação. Foi destacado que os pacientes são avisados previamente das consultas



para evitar absenteísmo, porém muitos faltam por motivos considerados inadequados, gerando indisposição entre a gestão, uma vez que munícipes buscam vagas por meio de políticos, ocasionando transtornos ao sistema de saúde no que se refere à priorização dos atendimentos.

4. Questões sobre a Gestão de Saúde

Sobre os questionamentos referentes ao Sr. José Renato, foi informado que o mesmo se encontra em período de férias, não estando afastado ainda, conforme citado em redes sociais, estando suas atribuições temporariamente sob responsabilidade da Sra. Joice Torres (Chefe de Atenção em Saúde) por hierarquia, ausente nessa reunião por motivos de força maior, justificado anteriormente.

Foram prestados esclarecimentos sobre a situação atual dos profissionais, bem como sobre a consulta pública ao sistema CNES.

5. Solicitação formal sobre lotação e ambiente de trabalho

Foi solicitada à Sra. Lorena a possibilidade de comparecer à próxima reunião para representar sua solicitação, considerando que a Sra. Joice precisou se ausentar em razão do estado de saúde de seu esposo.

O Sr. Glaucius manifestou preocupação com o ocorrido no setor atualmente representado pela Sra. Lorena, ressaltando não concordar com a decisão adotada pela gestão. Foi deliberada, por unanimidade, a convocação de uma reunião extraordinária.

6. Divulgação de informações de saúde em redes sociais

A Enfermeira Lara Remédio, recém-admitida no setor, apresentou-se ao Conselho e solicitou ao Sr. Glaucius mais informações acerca de sua página na internet, especialmente quanto à divulgação de informações discutidas em reuniões antes de sua devida autorização. Foi solicitada maior cautela quanto à divulgação antecipada de informações, considerando que em situações anteriores, tal prática ocasionou ajustes na comunicação com a população.

Por fim, o Sr. Glaucius relatou um ocorrido envolvendo uma jovem em tentativa de autoextermínio, que buscou atendimento por conta própria junto a vizinhos e pessoas presentes. Foi referido por ele a existência de relatos de negligência de atendimento, em razão da ausência de responsáveis legais no momento, bem como a dificuldade em



localizar um responsável, situação na qual a paciente evadiu-se do local. Com isso foi decidido a solicitar um ofício a Santa Casa sobre o fato ocorrido.



Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros competentes.

Encaminhamentos e Ações:

- Reunião extraordinária para tratar sobre condições de trabalho da colaboradora Lorena (farmacêutica).
- Ofício solicitando à Santa Casa maiores informações sobre um fato ocorrido de tentativa de autoextermínio relatado em redes sociais.

Data da Próxima Reunião: Em caráter ordinário: 24/02 às 9h00
Em caráter extraordinário: A DEFINIR

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às [11:30]

